

## Crítica e controle social nas margens da cidade: etnografia de espaços de participação em favelas “pacificadas” do Rio de Janeiro

Lia de Mattos Rocha

Professora Adjunta de Sociologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

[liarocha08@gmail.com](mailto:liarocha08@gmail.com)

Monique Batista Carvalho

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

[carvalho.nique@gmail.com](mailto:carvalho.nique@gmail.com)

Frank Andrew Davies

Professor da Universidade Federal de Pernambuco

[daviesfr@gmail.com](mailto:daviesfr@gmail.com)

### Resumo

Este artigo analisa alguns dos impactos sobre o tecido associativo das favelas do Rio de Janeiro após a implementação do programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), em 2008. Destacamos nessa investigação as possibilidades de produção da “crítica” – entendida nos termos de Boltanski (2013) – por moradores das favelas do Batan e do Borel, na zona oeste e norte da cidade, respectivamente. Os dados analisados foram produzidos com base na etnografia de “reuniões comunitárias” organizadas nessas localidades, onde moradores e gestores públicos (civis e militares) se encontram e negociam desde demandas pontuais à gestão cotidiana da vida nessas áreas. Assim, analisamos as situações de aliança, disputa, julgamento e outras formas de controle realizadas no escopo desses encontros. Nessas dinâmicas, refletimos sobre os recursos que são validados e deslegitimados por esses processos, produzindo formas de fala e de silenciamento no contexto de “pacificação” dessas localidades e de suas populações.

**Palavras-chave:** segregação socioespacial; UPP; associativismo; militarização; sociologia urbana.

## Abstract

This article analyzes some of the impacts on the associative arena of Rio de Janeiro's favelas after the implementation of the Pacification Police Units (UPP) program in 2008. We highlight in this investigation the possibilities of "critique" - understood in Boltanski's terms (2013) - by favelas' residents at Batan and Borel, in the west and north areas of the city, respectively. We analyze the ethnographies of "community meetings" organized in these localities, where residents and public managers (civil and military) meet and negotiate from specific demands to the management of everyday life in these areas. Thus, we analyze situations of alliance, dispute, judgment and other forms of control carried out within the scope of these meetings. We investigate on the resources that are validated and delegitimized by these processes, producing forms of speech and silencing in the context of "pacification" of these localities and their populations.

**Keywords:** socio-spatial segregation; UPP; associativism; militarization; urban sociology.

## Introdução

Em uma favela da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, uma ocupação policial militar chamou atenção da sociedade carioca em dezembro de 2008. Essa iniciativa abriu caminho para outras que se seguiram, e ao longo dos meses seguintes o número de favelas ocupadas foi aumentando ao passo que outros atores públicos, e não apenas a Polícia Militar, passaram a fazer parte da iniciativa. Chamado de "pacificação", o projeto de ocupação policial e "social" de favelas da cidade foi amplamente divulgado em meios de comunicação ao longo dos anos 2009 e 2010, tornando-se o carro-chefe da campanha para a reeleição do governador Sergio Cabral (2011-2014) e uma possível solução para o "problema da favela" e da violência urbana.

A política de "pacificação de favelas" consistia, sobretudo, na presença ostensiva e permanente da polícia militar nesses territórios. Através da instalação de bases para atuação local chamadas de UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), os poucos documentos que fundamentavam as ações de "pacificação" prometeram uma nova forma de policiamento e abordagem, além da garantia da "paz" necessária ao desenvolvimento de ações públicas e privadas nessas localidades.

Esse artigo reflete um esforço coletivo de investigação<sup>1</sup> ao abordar práticas e as-

1 Este artigo é resultado do Projeto de Pesquisa "Participação em tempos de paz: espaços e dinâmicas de

pectos da gestão da “pacificação”, entendida aqui como processo heterogêneo e sensível aos contextos locais e temporais e prática ambígua, que associa a ideia de “missão civilizatória” (Pacheco de Oliveira 2014) à “metáfora da guerra” (Leite 2000, 2012).

Com o suposto fim da dominação de grupos locais de traficantes de drogas e/ou milicianos, a “missão civilizatória” da “pacificação” se revelou atenta às formas de regulação da vida coletiva nas favelas<sup>2</sup>, em especial na formulação e vocalização de problemas públicos. A militarização, vivida em nova face pela ocupação policial, foi conjugada a outras iniciativas de cunho técnico-social, como a criação do programa UPP Social em 2010<sup>3</sup>. Além disso, a promoção de fóruns locais envolvendo representantes de órgãos públicos, privados e a população local acenava à construção de espaços de diálogo em que os novos parâmetros dessa regulação seriam, ou deveriam ser, estabelecidos. Ainda que o aspecto democrático desses fóruns chame atenção, vale destacar que essa prática pressupõe diferenças entre as regras estabelecidas pelo aparato legal-burocrático e aquelas que orquestravam a convivência forçada com o tráfico de drogas e a milícia. Ou seja, os fóruns e a UPP Social atuaram como mecanismos de “transição” de um regime de regulação a outro, orientando os moradores sobre as formas de ocupação do espaço coletivo, oferta de serviços e bens culturais e coletivos, convivência no âmbito privado, etc. O aprendizado acerca desses modos era entendido pelos formuladores da política como uma etapa essencial à “pacificação”, ou seja, à produção da “paz” era imprescindível um esforço pedagógico-civilizacional.

Os fóruns e outros espaços públicos correlatos criados nas favelas dentro do contexto da “pacificação” se revelaram arenas privilegiadas para a análise dos modos como agentes do poder público e da iniciativa privada buscam gerir essas populações, utilizando estratégias e técnicas de gestão. Além disso, esses encontros são espaços privilegiados para observar as possibilidades de produção de “críticas” e “problemas públicos”, seguindo a leitura de Luc Boltanski (2013). Através da análise contrastiva entre duas favelas com UPPs – que serão apresentadas à frente – propomos pensar esses espaços de interlocução

---

participação em favelas com Unidades de Polícia Pacificadora”, coordenado por Lia Rocha e tendo como integrantes Monique Batista Carvalho, Frank Andrew Davies e Fernando Carlos de Sousa, financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - Faperj, através de Edital APQ1. Os autores agradecem aos participantes do Grupo de Estudos CIDADES - Núcleo de Pesquisa Urbana (Uerj/PPCIS), do qual fazem parte, pelos comentários feitos às diversas versões do texto. Também agradecemos aos pareceristas e editoras desse dossiê, pelas leituras e comentários cuidadosos.

- 2 Consideramos regulação da vida cotidiana o modo como se resolvem conflitos e discordâncias em torno de questões coletivas, como uso do espaço, regulamentação de serviços e imóveis, padrões de construção, respeito ao silêncio, etc., que em espaços de favela costumam ser reguladas de outra forma que não a jurídico-legal (Rocha 2014).
- 3 Os fóruns locais promovidos pelas equipes da UPP Social foram realizados entre 2011 e 2014 e analisados mais detidamente em outro texto (Rocha 2014).

a partir dos efeitos e alcances das críticas dos moradores, dialogando estritamente com a ideia de “dominação gestonária” elaborada pelo autor. O modo “gestonário” de dominação implicaria a incorporação de técnicas de gerenciamento e gestão das grandes empresas às esferas do setor público e da vida política. Aliada à primazia do economicismo e dos discursos técnico-científicos como formas de justificação às práticas de governo, a “dominação gestonária” teria como um dos seus efeitos a diminuição das possibilidades de reivindicação e crítica dos dominados, que têm de considerar “provas de realidade”<sup>4</sup> mais sensíveis e complexas em situações nas quais as regras parecem mais refinadas e exigem níveis de conhecimento muito específicos.

Consideramos tal conceito central porque sua formulação nos permite compreender como se apresentam atualmente os argumentos que legitimam as ações de agentes públicos, mas também – e principalmente – como os atores sociais não estatais tentam produzir críticas que dialoguem com o instrumental técnico acionado para justificar as práticas pelo Estado<sup>5</sup>.

Esse é caso das favelas do Batan e do Borel, que ocupadas pelas UPPs, apresentam formas variadas de ocupação e de interação entre agentes estatais e moradores. No segundo caso, onde a UPP foi instalada em 2010 – mesma época da realização do trabalho de campo<sup>6</sup> –, já havia uma forte presença de organizações comunitárias locais, que buscaram capitanear o processo de negociação e resolução de conflitos resultantes da entrada das forças policiais. Na “transição” entre o regime submetido por traficantes de drogas e aquele implementado pela “pacificação”, as organizações de moradores pretenderam liderar a regulação da vida cotidiana. Já no Batan, ocupada pela polícia desde 2009 e o trabalho de campo realizado a partir de 2012<sup>7</sup>, as organizações comunitárias (em menor número do que as do Borel) se apresentavam mais alinhadas e subjugadas à autoridade do comando da UPP local, reiterando uma dinâmica anteriormente engendrada pela milícia local. São essas diferenças, e as semelhanças observadas apesar dos contextos diversos, que explo-

---

4 São as situações em que os atores têm que apresentar suas competências e capacidades para resolver os problemas que são apresentados.

5 Para essa reflexão, entendemos “Estado” tendo por base outras análises que tratam esse conceito menos como instituição do que como uma dimensão de exercício de poder e governo sobre populações e territórios. Em geral, a referência à perspectiva de Michel Foucault (1979) acompanha as análises que nos influenciam.

6 O trabalho de campo no Borel foi realizado entre 2010 e 2013 por Monique Carvalho no âmbito da pesquisa para sua tese de doutoramento.

7 Frank Davies realizou campo no Batan entre 2012 e 2015, inicialmente por conta do trabalho como gestor local da UPP Social, programa feito em convênio entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a ONU/Habitat, e a seguir como parte da investigação para a tese de doutorado, uma análise da “região olímpica de Deodoro” que o Batan está inserido, ou menos se avizinha. Cf. Davies 2017.

raremos neste artigo a partir de dados etnográficos.

Contudo, antes de entrarmos na análise desses casos, julgamos importante pontuar alguns aspectos já apontados entre os estudos das favelas cariocas e suas formas de associação local. Entre os anos 1980 e 2010, investigadores observaram e trataram de dar destaque ao cerco a que moradores de favelas estavam submetidos pela presença de traficantes de drogas<sup>8</sup>. Os entraves à população local foram considerados de vários tipos, entre eles à organização e representação de seus interesses comuns por meio de organizações locais. Assim, a implementação de uma política que pretendia dar fim a tal cerco trazia em seu bojo a promessa - comprada por muitos - de que não apenas haveria “paz” nas favelas, mas também a possibilidade de reconstrução dos espaços de representação à ação coletiva. Esta hipótese – que as UPPs teriam impacto sobre os tecidos associativos locais – orientou diversos projetos de pesquisa, inclusive este<sup>9</sup>.

Em junho de 2013, quase cinco anos após o início do projeto, a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) prescreveu por meio de uma resolução que os comandos das bases locais participassem e/ou promovessem, eles mesmos, “reuniões comunitárias” regulares nas favelas em que atuavam. Exigindo uma frequência ao menos trimestral, a CPP não chegou a definir os formatos e locais desses encontros, tampouco seus objetivos (Davies 2014a)<sup>10</sup>.

Nas duas próximas seções exploramos nossos resultados de pesquisa voltada aos espaços de diálogo institucional constituídos a partir da entrada da UPP no Borel, zona norte da cidade, e no Batan, zona oeste. Após analisar esses dados, ao final do artigo discutimos os limites e as possibilidades para as formas de gestão e as práticas de governo coproduzidas com as populações, em especial aquelas tomadas como os pobres da cidade.

---

8 As formas de gestão da vida cotidiana a que estavam submetidos os moradores de favela por morarem em localidades com a presença de quadrilhas de traficantes de drogas foram objeto de diversos trabalhos que inspiram esta pesquisa. Entre eles ver: Zaluar (1985); Barbosa (1998); Machado da Silva (2008); Rocha (2013).

9 Neste sentido, o arcabouço teórico aqui mobilizado dialoga com os trabalhos que pensam política e ação coletiva em espaços de pobreza e de periferia e sua interface com a violência, e não com as pesquisas que investigam as mudanças nas configurações institucionais do associativismo no país a partir do período da redemocratização.

10 O posicionamento da CPP em relação às reuniões assevera a constatação de que as UPPs são uma política de segurança sem critérios procedimentais claramente definidos. No plano empírico sobressai a autonomia dos comandos, configurando um cenário em que “critérios diferentes são aplicados por comandantes diferentes para as mesmas situações” (Cano, Borges & Ribeiro 2012: 185).

## A Rede do Borel e os Fóruns da UPP Social

O Morro do Borel é uma das favelas mais antigas da cidade do Rio de Janeiro. Situado no bairro da Tijuca, zona norte da cidade, possui uma importante história de resistência e luta pela permanência no espaço habitado, sendo conhecida como a favela que teve a primeira Associação de Moradores reconhecida politicamente (Amoroso 2012; Gomes 1980). Por outro lado, o Borel é uma favela também marcada pela violência: nos anos 1990 figurava nos jornais como um reduto importante da facção Comando Vermelho, o que, por sua vez, gerava como consequência constantes incursões policiais que, via de regra, deixavam um saldo elevado de mortes (Farias 2007; Carvalho 2014). Por ser uma favela considerada estratégica ao tráfico de drogas, a polícia militar iniciou as ações para a implantação da UPP no local em abril de 2010.

Segundo o decreto estadual nº 42787 de janeiro de 2011 que regulamenta o programa de “pacificação”, são quatro as etapas para a implantação de uma UPP: i) Intervenção tática; ii) Estabilização; iii) Implantação da UPP e iv) Avaliação e monitoramento. Foi ainda na primeira etapa, quando ocorreu a ocupação pelos policiais do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), que um grupo de “lideranças comunitárias”, em sua maioria gestores de ONGs e projetos sociais que atuam desde há muito tempo naquela localidade, além de membros de diferentes instituições religiosas e alguns moradores sem vínculos institucionais, reuniram-se para conversar acerca dessa intervenção policial e das possíveis consequências em suas rotinas. O grupo foi batizado, inicialmente, de Rede de Entidades do Borel e depois passou a se chamar Rede do Borel<sup>11</sup>, aqui referida apenas como Rede<sup>12</sup>.

No mesmo período, no âmbito da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, o programa denominado UPP Social começava a tomar forma. Ele foi apresentado ao público em agosto de 2010 tendo suas atividades iniciais marcadas pela realização dos Fóruns da UPP Social. Os três fóruns realizados naquele ano ocorreram nas favelas Cidade de Deus, Providência e Borel. Foi justamente na realização do Fórum da UPP Social no Borel que a Rede se apresentou publicamente enquanto um coletivo organizado.

Esse momento, como sugere Carvalho (2014), pode ser considerado um marco importante para olharmos, no Borel, as articulações estabelecidas entre as instituições

11 Depois de algumas reuniões, o grupo passou a ser chamado de Rede Social do Borel, agregou outras instituições e seu objetivo passou a ser “articular e unir instituições locais e moradores do Complexo do Borel para elaborar, desenvolver e executar um Plano de Desenvolvimento Local, em parceria com o poder público, a iniciativa privada e outras organizações da sociedade civil” (Disponível em: <http://redesocialborel.blogspot.com.br>. Acesso em: mai. 2017).

12 Para uma análise mais detalhada sobre a formação e atuação da Rede do Borel, ver Carvalho (2014).

locais (ONGs, Igrejas, Projetos Sociais, Associação de Moradores), os novos atores sociais que passaram a frequentar o espaço da favela após a entrada da polícia pacificadora e o Comandante da UPP. Portanto, esta seção se dedicará a analisar esse primeiro encontro e as situações que envolveram a atuação do poder público e dos integrantes da Rede que foram importantes para o desdobramento de outras reuniões coletivas.

O primeiro Fórum da UPP Social no Borel, realizado em outubro de 2010, numa manhã de quarta feira, na quadra esportiva da escola municipal vizinha à favela, reuniu em torno de 150 pessoas, entre gestores e técnicos de programas dos governos estadual e municipal, coordenadores de ONGs e projetos sociais, representantes da iniciativa privada, além de pesquisadores e alguns poucos moradores sem vínculos institucionais.

A chamada para participar da atividade fora realizada através do envio de e-mails da equipe da UPP Social de acordo com a seguinte classificação: atores locais, lideranças e instituições que atuavam no Borel; atores supralocais da esfera governamental ou da sociedade civil com alguma visibilidade e/ou importância local (convidados pela subsecretária ou pelo próprio secretário)<sup>13</sup>. Não havia no email-convite nenhuma informação sobre a programação do evento ou sobre a metodologia da reunião.

O Fórum foi mediado pela subsecretária de Direitos Humanos que, agradecendo a presença dos participantes, convidou alguns para compor uma espécie de mesa de abertura. Assim, tomaram a palavra, nessa ordem, a diretora da escola que cedia o espaço, o secretário de Conservação Pública do município, o subprefeito da Grande Tijuca, o Comandante da UPP e o secretário de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado, então gestor do programa UPP Social. As exposições foram relativamente curtas, com exceção do secretário, que apresentou o programa e os objetivos daquele encontro.

Quando todos da mesa encerraram suas falas, a mediadora abriu o debate para o público chamando uma mulher e um homem que seriam os representantes da Rede do Borel e, dessa forma, estariam representando todas as organizações locais. A mulher iniciou seu relato revelando que no Borel existia um conjunto de organizações que atuavam desde há muito tempo na localidade e estavam organizadas e dispostas a debater sobre todas as mudanças que estariam ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro e no Borel, de forma particular. Seguiu afirmando que a Rede havia sido pensada e articulada entre as instituições locais para ser uma forma de “resistência inteligente” àquele processo que

---

13 No período entre 2010 e 2013 um conjunto de instituições e ações públicas estavam bastante alinhadas ao programa de pacificação de favelas. Podemos citar, como exemplo, o Sistema S e a Firjan com as Indústrias do Conhecimento e o SESI Cidadania, projetos realizados em favelas com UPP, o programa Água para Todos da CEDAE, o projeto Empresa Bacana, parceria entre prefeitura e Sebrae, dentre outros.

estava em curso na favela desde abril. No caso, ela se referia diretamente ao comandante da polícia que havia se tornado uma espécie de “prefeito da favela” em suas tentativas de regular as atividades locais como o horário de funcionamento dos bares, a circulação de mototaxis, a realização de festas, dentre outras ações.

Ela enfatizava, então, a importância do diálogo, muito celebrada na fala de abertura do gestor da UPP Social, mas não deixava de registrar e rememorar o papel que a PM já havia exercido na favela. Na continuidade de seu relato, ela apresentava o objetivo da Rede em reconhecer e fortalecer o papel de cada instituição que estava presente, jogando luz principalmente nas instituições locais e nas associações de moradores.

É relevante notar como, para aquela liderança, polícia e favela representavam duas forças antagônicas, colocadas em diálogo. Por outro lado, para o gestor da UPP Social, a polícia assumia a centralidade de um processo amplo: a integração da cidade. A diferença não é sutil, razão pela qual foram lembradas pelos integrantes da Rede as histórias de lutas e resistências dos moradores do Borel. Havia ali uma tentativa de enfatizar os lugares históricos desses sujeitos, tanto para colocar suas demandas, como para não serem vistos apenas como beneficiários do Estado, mas como cidadãos e sujeitos de direitos.

Indo na contracorrente daquela visão que afirmava a centralidade da polícia, a Rede acionava mais uma vez o discurso dos direitos, ressaltando que a “construção da paz” e a “integração das favelas” não se dariam pelo caminho que vinha sendo imposto pelos policiais. Ao mesmo tempo, afirmavam que, se havia de fato uma nova forma de presença do Estado nas favelas, as formas historicamente reconhecidas de fazer política nessas localidades também deveriam se modificar. Com esse discurso, se colocavam como um novo ator que queria ser levado em consideração no diálogo com as diferentes esferas do governo – “queremos conversar como gente grande”. Neste sentido, disputavam com as tradicionais associações de moradores o papel da mediação com o poder público.

Em sequência a fala dos integrantes da Rede, a reunião seguiu com a participação dos presidentes das associações de moradores, que destacaram a importância da instituição como local privilegiado para ter conhecimento das demandas e reivindicações dos moradores do Borel, tendo em vista sua legitimidade institucional. Logo, buscaram fortalecer o seu lugar de mediação e ressaltar o distanciamento do tráfico de drogas no controle das associações.

O secretário de Direitos Humanos e gestor da UPP Social encerrou a reunião afirmando que não seria fácil encontrar soluções imediatas para os problemas apresentados, mas que a função principal da UPP Social seria avaliar as possibilidades, mobilizar os recursos, articular com as secretarias e responder em curto, médio ou longo prazo, depen-



dendo da solicitação, as demandas apresentadas.

A ordem de apresentações estabelecidas pela organização do Fórum (gestores públicos; lideranças ligadas às ONGs e projetos sociais; associação de moradores) nos dá algumas pistas de qual seria o caminho percorrido pelo programa UPP Social e quais seriam seus interlocutores privilegiados.

Após a realização desse Fórum, as reuniões organizadas pela Rede passaram a ser o local de encontro e diálogo dos diferentes agentes locais e supralocais. Nos primeiros encontros, a pauta girava em torno da questão do policiamento e das abordagens policiais, porém, com o passar do tempo e da consolidação da ideia de “pacificação”, as reuniões foram tomando outro caráter e sendo reconhecidas como o espaço para apresentação de reivindicações das mais variadas ordens, assim como local para apresentações de novos projetos por instituições que desejavam realizar suas atividades na UPP Borel (Araujo Silva & Carvalho 2015).

A metodologia empregada pelo grupo na condução das ações da Rede consistia em duas atividades. Uma era um encontro interno, do qual só participavam as instituições “de dentro” do Borel, e a outra era a chamada “reunião ampliada”, da qual participavam diferentes atores sociais, incluindo aqueles do poder público. A pauta dos encontros era organizada, em geral, nas reuniões internas.

No segundo Fórum, realizado em junho de 2011, no mesmo local, tanto o programa de “pacificação” quanto a UPP Social haviam tomado novos rumos. Além disso, a participação regular dos técnicos, dos mais diversos programas sociais que estavam ingressando no Borel, nas reuniões da Rede contribuiu para aproximar os atores e estabelecer novas articulações e parcerias. Nesse cenário, ainda que com algumas críticas, o tom das lideranças mudou, se apresentando mais moderado com relação ao diálogo entre poder público e moradores de favelas.

Isso pôde ser observado neste encontro. Não houve uma mesa de abertura, apenas uma fala breve do coordenador da UPP Social, agora alocada no âmbito municipal, no Instituto Pereira Passos<sup>14</sup>, que passou a palavra ao secretário de Conservação. Este, por sua vez, celebrou a inauguração de uma nova forma de coleta de lixo na localidade, inserida no âmbito da parceria estabelecida com a UPP Social, chamada “Vamos Combinar?”. Os representantes da Rede tomaram a palavra de forma mais discreta, mencionando como o diálogo estava sendo importante no processo. Vale destacar que esse Fórum fazia parte

---

14 Inicialmente alocado na Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, o Programa UPP Social passa por uma reestruturação e é transferido, em Janeiro de 2011, para a autarquia municipal Instituto Pereira Passos (Rocha 2014).

das atividades realizadas na semana de comemoração ao primeiro ano de instalação da UPP no Borel.

Para a análise aqui proposta é importante considerar o que este ator social representa nesse contexto, e porque entendemos que ele foi escolhido como o interlocutor principal do poder público nesta localidade. A Rede do Borel é composta por um conjunto bastante heterogêneo de organizações. Os participantes, em sua maioria, mobilizaram, antes da participação na Rede, outras atividades, seja na associação de moradores, na Igreja Católica, como agentes comunitários, ou ainda como ativistas de organizações não governamentais. Portanto, em sua maioria, já possuíam um repertório que legitimava sua atuação publicamente devido ao processo realizado no passado de organização coletiva empreendida pelos moradores na conquista de melhores condições de vida.

Ao analisar a formação e atuação da Rede, podemos indicar que esse coletivo empresta legitimidade a essa nova forma de mobilização via parceria para os projetos sociais. Seguindo a pista apresentada por Rocha (2013), pode-se afirmar que a Rede seria o espaço privilegiado para o diálogo com o Estado na medida em que os atores mobilizam um repertório político que ajusta a crítica e enfatiza o diálogo nas performances públicas.

Ao organizar as reuniões sistemáticas para discutir as questões comunitárias com os agentes públicos, a Rede se diferenciava tanto da atuação tradicional das Associações de Moradores quanto da centralização das pautas coletivas promovidas pelo Comandante da UPP, como veremos a seguir no caso do Batan. Nesse formato, acionando estratégias como a apresentação de seus ativistas como militantes com trajetória anterior destacada, mas com novas formas de fazer política e um novo repertório, o grupo buscou reafirmar a importância da representação dos moradores na produção de espaços de diálogo. Espaços “civis”, importante ressaltar, em oposição a espaços produzidos e protagonizados por militares. Nesse sentido, a Rede se tornou um mediador fundamental na resolução das questões mais sensíveis no território, seja a circulação de veículos e estacionamentos irregulares até a atuação violenta da polícia nas abordagens aos jovens moradores.

Isso não quer dizer que os problemas na relação com a polícia deixassem de ocorrer; contudo, defendiam que um espaço de interlocução como o criado no Borel permitia, em alguma medida, uma diluição dos conflitos e também o estabelecimento de alguns acordos entre os agentes envolvidos.

Ainda assim, foram inúmeras as situações observadas onde a atuação dos agentes estatais, militares ou não, lançavam mão de argumentos técnicos para deslegitimar os questionamentos e as demandas dos moradores, deixando clara a assimetria entre os atores sociais. Podemos citar dois casos.

O primeiro se refere às constantes interrupções do abastecimento de água na favela do Borel<sup>15</sup>. Em diversas reuniões esse tema, ainda que não estivesse na pauta oficial, veio à tona e os funcionários contratados pelo Programa Água para Todos se esquivavam da resposta final. Em uma reunião realizada em julho de 2012, quando a situação já estava insustentável, pois os moradores estavam há cerca de 20 dias sem abastecimento de água na favela, o técnico responsável pela gestão do programa informou que o problema seria solucionado assim que a peça que faltava para o bom funcionamento da bomba d'água chegasse de São Paulo, acrescentando uma explicação sobre o quanto essa peça era importante e muito dispendiosa para o Estado.

O outro se refere ao Decreto Municipal de nº 33.648 de abril de 2011 que proibia a construção de novas edificações em favelas. Em uma reunião da Rede em que um dos pontos de pauta era os vários embargos de obras realizados em decorrência do decreto, o arquiteto representante do Posto de Orientação Urbanística e Social (POUSO) do Borel apresentou os argumentos da prefeitura em relação ao decreto e ainda revelou que para o Borel já havia cem embargos a serem aplicados como uma intervenção exemplar para as outras favelas. Uma moradora que tinha recebido o embargo pediu a palavra e questionou: “Agora que a favela tem paz, que eu ganho um pouco melhor, não vou poder reformar minha casa?” O arquiteto pediu que a moradora fosse até o Pouso e lá eles iriam avaliar a situação da residência.

As situações destacadas aqui são tomadas como microcenos em que observamos como a retórica empregada pelos atores é componente do quadro em que a gestão estatal anula as possibilidades de crítica a partir de um repertório de justificativas que ora convida os moradores a serem parceiros das ações públicas, ora individualiza os seus problemas, sem contudo, considerar ou formular resoluções para as reivindicações apresentadas.

O caso do Borel pode ser considerado como um ponto fora da curva no processo de organização coletiva nas favelas que receberam uma UPP. Em outras localidades o único espaço público possível e legitimado pelo poder público para apresentação de demandas eram as reuniões organizadas por representantes da Polícia Militar. Consequentemente a forma de participação e os debates promovidos eram completamente diferentes daqueles que presenciamos nas reuniões da Rede. O Batan é um desses casos, que analisamos a seguir.

---

15 Uma análise mais detalhada sobre essa questão foi realizada em Araujo Silva & Carvalho (2015).

## O Batan e as Reuniões Comunitárias da UPP

Em fevereiro de 2009 o Batan recebeu a terceira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da cidade. Há um consenso entre moradores e pesquisadores (Koenders 2014; Mendonça 2014) de que essa ação foi uma “resposta” das “autoridades” ao sequestro e tortura de jornalistas do Jornal O DIA, promovida pela milícia local em maio de 2008. Esse episódio teria levado a uma mudança na opinião pública sobre as milícias e a atuação das mesmas em alguns bairros da cidade (Cano & Duarte 2012); nas palavras de alguns moradores, os milicianos “deram um tiro no próprio pé”. A instalação da UPP foi precedida em curto período por um Posto de Policiamento Comunitário (PPC) composto por policiais moradores do Batan. O posto, comandado por um tenente do Batalhão de Operações Policiais Especiais, funcionava no prédio da associação de moradores, do qual esse protagonista local era também o presidente, eleito logo após a retirada da milícia. Em dezembro de 2008 foi anunciado que o Batan receberia um policiamento comunitário nos moldes da favela Santa Marta, onde tinha sido instalada a primeira UPP, e no dia 18 de fevereiro de 2009 a UPP foi inaugurada sob novo comando e em outro prédio. Um casarão de dois andares e piscina antigamente ocupado pelo tráfico, e, em seguida, pela milícia, agora era a base dos policiais. Três anos depois, em 2012, o perímetro de atuação da UPP foi estendido para incluir o conjunto habitacional Fumacê, que passou a ser chamado, no discurso oficial, de Água Branca.

Assim como em outras localidades ocupadas pelas forças de “pacificação”, também no Batan passaram a ser realizadas reuniões com o propósito de criar canais de diálogo entre agentes estatais, “parceiros” privados, moradores e as organizações locais. Nesses encontros a figura policial – especialmente o comandante da UPP – é projetada como personagem ativa e central do processo, mediando relações e promovendo os tais encontros em sua sede suntuosa. Quando acontecem no Fumacê/Água Branca, as reuniões ocupam o galpão de uma escola de samba.

Para essa análise foram observadas as reuniões “comunitárias” que ocorreram no Batan entre 2012 e 2014, contudo esses encontros se tornaram regulares a partir do interesse de um comandante local, no primeiro semestre de 2011. Em conversa com este policial, foi considerada uma referência a experiência dos conselhos comunitários de segurança<sup>16</sup> no seu batalhão de origem. Esse espaço do conselho era considerado “necessá-

16 Os conselhos comunitários de segurança foram instituídos por lei estadual em 1999 e objetivam congregar em encontros mensais representantes da polícia civil, militar e membros da sociedade civil. Circunscritos às Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp), os “cafés comunitários” ocorrem desde 2003 e têm como objetivo estimular a participação de todos no direito à segurança. Costumam ser dirigidos pelo comandante do batalhão e o delegado mais antigo da Aisp, e têm uma diretoria consti-

rio” por esse profissional, que dava valor à continuidade dos encontros no período em que esteve à frente do policiamento da localidade.

Analisando “reuniões comunitárias” realizadas em 4 localidades com UPP no ano de 2013, Davies considera esses espaços de “encontro” como “rituais de pacificação”. O autor observa que:

As reuniões encenam performances com ao menos quatro aspectos comuns: (1) são organizadas autonomamente por cada UPP, com especial ênfase à centralidade da figura do comandante; (2) objetivam aproximar agentes públicos, privados e comunitários; (3) envolvem necessariamente a participação das associações de moradores; (4) estão fundamentadas discursivamente em valores progressistas, visando melhorias à vida comum e à regulação da ordem local. (Davies 2014a: 35)

A associação de moradores, à época presidida por uma moradora e também assessora parlamentar, era presença constante nos encontros promovidos pela UPP. As intervenções da representante comunitária expressavam apoio aos policiais e suas práticas, e ao mesmo tempo fazia coro com as autoridades ao modular e orientar as formas de crítica feitas pelos moradores. Outro dado comum que chama atenção nesses encontros é o protagonismo dos comandantes, que nesses rituais estão “coordenando falas, definindo a sequência dos fatos e sugerindo os temas que serão abordados” (Ibid.: 33). Eles também cumprem papéis disciplinadores aos moradores, organizam e convidam à reunião, redigem atas e encaminham os “problemas” aos órgãos competentes que porventura não estejam presentes no espaço.

Nessas reuniões os comandantes proferem discursos prolongados, comumente dotados de orientações morais às condutas dos moradores. No Batan, em 26 de abril de 2013, o encontro se iniciou com um discurso do Capitão, que destacou o valor da participação dos locais para a resolução dos problemas. A reunião comunitária é então apresentada como o momento mais propício para o exercício desse papel resolutivo, já que ali se apresentam (“cara a cara”) os agentes do poder público municipal e estadual. Para ele, os moradores deveriam exercer a função de “cobrar dos representantes” nesse “espaço privilegiado promovido pela UPP”.

As reuniões atendiam ao interesse explícito de encaminhar demandas locais aos

---

tuída, que ocupa uma mesa durante os encontros (Sento-Sé et. al. 2012). A influência dos “cafés comunitários” sobre as reuniões das UPP se revela no caso pioneiro do Batan não apenas por conta da sua regularidade mensal, mas também no seu formato, que até hoje preserva a formação de uma mesa não de diretores, mas “autoridades”.

representantes do poder público, como questões de lixo, conservação dos espaços públicos, serviços de fornecimento de luz, água e problemas no trânsito. Em segundo plano, os encontros se revelavam espaços de “oportunidades” ofertadas por agentes privados – como representantes do Sistema S e de organizações não-governamentais (ONGs).

Os convites aos representantes das secretarias e demais agências públicas eram feitos pelas próprias UPPs. Os policiais também convocam as associações locais e redigem as atas dos encontros. De acordo com relatos, as atas eram outro instrumento de vocalização dos moradores, visto que registravam textualmente todas as reclamações que, posteriormente, eram encaminhadas pela polícia aos referidos órgãos “de competência”. Além da liderança dos comandantes no espaço das reuniões, outra participação também consolidada era de representantes dos serviços públicos. Era frequente a presença de agentes locais de saúde (Clínica da Família), assistência social (Centros de Referência da Assistência Social – Cras), limpeza e conservação (Secretaria Municipal de Conservação) e programas de interlocução com as pastas municipais (UPP Social) e estaduais (Territórios da Paz). Outros representantes também participavam dos encontros observados, mas de maneira pontual.

Além disso, mediadores políticos de representatividade local compareciam às reuniões, como assessores de vereadores e deputados estaduais, funcionários das subprefeituras e regiões administrativas, e também da supervisão regional da secretaria do governo estadual. A pluralidade de agentes públicos evidenciava o quadro de fragmentação e complexificação do Estado na forma como se apresentava aos moradores no momento de reivindicação por serviços públicos.

Na pauta reivindicativa dos moradores prevaleciam questões de conservação, urbanização e manutenção da ordem pública das favelas. Em geral os moradores e as associações acessavam as reuniões a fim de relatar problemas como escadarias mal conservadas, vazamentos de esgoto, coletas de lixo em áreas de entulho, casas em áreas de risco, abusos na cobrança de conta de luz e perturbação do sossego.

Nesse sentido, as reuniões revelavam, no contexto das UPPs, a percepção da urbanização como uma bandeira legítima dos moradores de favelas. E essa é uma demanda antiga aqui continuada. O investimento em melhorias urbanas nas favelas, política em curso desde a década de 1980, teria operado ao longo desses anos como uma estratégia do poder público de contenção do “risco social” frente a crescente territorialização da violência (Cavalcanti 2009). A “pacificação” não rompeu ou afetou o valor dessa modalidade de reivindicação, ao contrário: talvez nos encontros essa pauta tenha se fortalecido a partir da mediação policial.

Seja como for, as reuniões se verteram em canais para reivindicações essencialmente pontuais, pouco afeitas a uma problemática política mais abrangente, que transbordasse, por exemplo, os limites da própria localidade. Sugere, portanto, um espaço de regulação da vida condominial.

Nesse escopo, pouco espaço era conferido a outras demandas além da urbanização, salvo reivindicações sobre segurança, com especial atenção às demandas por ordem pública. Assim, moradores ocasionalmente aproveitavam o ensejo para reclamar da falta de policiamento em certos locais e horários, solicitavam atitudes diante da perturbação do sossego (som alto fora do horário permitido, por exemplo), denunciavam a circulação de veículos irregulares, etc. Contudo, este tema não contemplava questões de controle sobre o policiamento, assunto “desconfortável” nas reuniões. O espaço público dos encontros não se apresentava, portanto, como um momento oportuno para essa crítica por parte dos moradores, que não pareciam à vontade para abordar o assunto. Em reunião de abril de 2014, o comandante projetou em uma tela o telefone para denúncia de policiais e disse estar aberto a ouvir relatos de moradores, mas o tema não teve qualquer manifestação por parte dos locais.

A maior parte dos limites às críticas, contudo, se dirigiam dos agentes supralocais aos moradores. Em diversas reuniões o comandante da UPP e seus “parceiros” do poder público e do setor privado contemporizavam as falas mais enfáticas, “tranquilizando” moradores quanto às possibilidades de se expressar nesses encontros. Segundo eles, para “tudo haveria um jeito” e, “com paciência e boa vontade, as coisas dão certo”.

Se não se comprometiam com a resolução da crítica, ao menos os encontros permitiam sua expressão e, também, o seu doutrinamento por parte desses agentes. Em outros casos, a associação de moradores também limitava as críticas. Quando expressavam insatisfações com a cobrança da tarifa de luz, que após a “modernização” da rede passou a expedir contas muito mais caras, a representante do grupo afirmava em resposta ser essa uma reivindicação já tomada pela própria associação, que estaria tratando do caso como um problema jurídico e, portanto, não caberia aos moradores utilizar esse espaço para vocalizar tal ação.

Como já apontado, o objetivo de encaminhar demandas era acompanhado por certos discursos morais, direcionadas dos agentes externos para os locais. Nas observações de campo, a atuação frequente dos comandantes se destacou, mas também outros agentes públicos e privados orientaram os moradores acerca do que deveriam pedir ao Estado, e como tais pedidos deveriam ser feitos.

Apesar de ser considerado o momento “adequado” para “cobrar do Estado”, os re-

representantes de pastas e serviços públicos enfrentavam dificuldades para responder às críticas. Raramente um mesmo representante participava de reuniões consecutivas, por exemplo. Quando isso acontecia, não necessariamente havia o comprometimento em trazer respostas às últimas reivindicações – o que nos encontros era chamado de “devolutiva do problema”. Esse era o quadro usual das reuniões observadas e nesse sentido, as reclamações e críticas dos moradores quase nunca eram vertidas em soluções práticas, ou seja, esses encontros promoviam uma forma de participação bastante limitada quanto ao que poderia ser alcançado e obtido como resposta efetiva por parte dos representantes do Estado.

Nas reuniões realizadas pela UPP Batan, a importância da figura do comandante, as práticas pedagógicas acionadas por policiais e agentes dos serviços públicos e privados, os limites às possibilidades de crítica dos moradores e a sua pouca eficácia e efeito prático são alguns dos aspectos que dão forma e sedimentam os ideais da “pacificação” na localidade. Nesses espaços, “a tensão entre a natureza obrigatoriamente incorpórea das instituições (que são entes sem corpos)” se confronta com “a natureza necessariamente corporal dos porta-vozes que permitem às instituições intervir na realidade” (Boltanski 2013: 445), e nesse jogo de cena corporificado em certos agentes, a ocupação policial e o domínio dos comandos militares é vivificada como “condição necessária” para o acesso à cidadania dos favelados, ao menos às expectativas de investimentos e ordenamento urbano.

### **Considerações finais: estado, moradores e gestão da “pacificação”**

Observamos nos dois casos como os moradores tentam, seja coletivamente ou individualmente, apresentar suas críticas ao poder público nos espaços que são criados no contexto das UPPs. Observamos ainda como frequentemente as reivindicações são descartadas a partir de formulações que se repetem nos diversos casos e situações etnografados: “não é o local ou momento adequado”, “vamos analisar caso a caso futuramente” ou ainda “falta competência para compreender o que estamos fazendo”. Aos moradores, portanto, sobra a estratégia de tentar romper esse muro de impossibilidades ajustando cada vez mais seu discurso às condições técnicas exigidas pelo estado. É nessa chave que analisamos, por exemplo, o resultado positivo obtido pela Rede de Instituições do Borel, analisada no primeiro caso. A instituição apresenta-se naquele contexto como a única que consegue estabelecer um diálogo eficaz com o poder público porque ajusta sua fala aos valores propagados pela “pacificação”: a defesa da unidade, a valorização do empreende-



dorismo articulado à ocupação policial, a apresentação de demandas de forma organizada, etc. Ao mesmo tempo, a organização acumula o capital político de suas lideranças, cuja atuação prévia na localidade é reconhecida e valorizada pelos moradores. Nesse sentido, também é interessante para o poder público legitimar esse ator como interlocutor naquela favela, ao mesmo tempo em que dá menos espaço e voz aos outros atores locais. Assim, selecionar o interlocutor “legítimo” também se constitui como uma estratégia para limitar e intervir na crítica que é formulada pelos atores sociais. Somente a crítica “ajustada” tem espaço no debate controlado pelo poder público.

Já no caso do Batan vemos como o recurso à técnica é acionado para deslegitimar a crítica que não se enquadra no caso jurídico e pela via institucional (o caso da luz e o processo da associação de moradores). Os atores sociais que conseguem apresentar de forma mais eficaz são aqueles que se ajustam ao que é considerado legítimo de reivindicar, como as questões de ordem urbana e urbanística, uma “bandeira” das favelas que em parte a representa como um “problema da cidade”.

Outra técnica que impede o logro das críticas acontece no trato com os representantes dos serviços públicos, que participam dos encontros com pouca ou nenhuma garantia de responsividade. Além disso, as críticas apresentadas são processadas pelo crivo moral de outros agentes, que reforçam a ideia de “transição entre regimes” formulada pelo discurso oficial e que concluem sobre a necessária disciplinarização da população faveladas.

Assim, uma das formas de atuação do poder público junto aos moradores de favela nas favelas com UPP é desqualificar suas reivindicações e iniciativas como inadequadas e/ou insuficientes, carecendo assim de capacitação, aprendizagem e também “educação”. Esta maneira de operar foi identificada tanto nos espaços de interlocução quanto nos discursos à respeito da integração da favela à cidade via mercado e desenvolvimento econômico local. Nesse sentido, procuramos demonstrar uma lógica governamental que perpassa a atuação desse programa policial-social: para serem integrados à cidade nos seus contornos atuais, os moradores das favelas precisam passar por uma transformação. Seja na forma como apresenta críticas, formula ‘projetos’ e se relaciona com os serviços públicos, essa população não teria os requisitos necessários para participar da cidadania, seja ela entendida como acesso à direitos ou participação no mercado. Mas para os moradores de favela com UPP seria possível, através do processo da ‘pacificação’, passar por uma mudança e enfim estar apto a exercer sua cidadania.

Defendemos neste artigo que a deslegitimação desses atores não se deve à falta de “competência performativa” desses que produzem a crítica, mas às mudanças nos disposi-

tivos de governança, “que permitem aos responsáveis conter a crítica e manter inalteradas as principais assimetrias sociais existentes, ou até mesmo ampliá-las” (Boltanski 2013: 442). Continua o autor:

[...] a crítica é facilmente absorvida aos dispositivos de dominação em que ela é reinterpretada nas formas que lhe foram dadas nas instâncias científicas e técnicas que servem de interlocutores às instituições. Ela, então, entra nas disputas entre expertise e contra-expertise, isto é, se tornar admissível ou simplesmente audível, se submetendo aos formatos de provas estabelecidas por esta última. Ou seja, adotando os formalismos e, de uma forma geral, os modos de codificação da realidade. (Boltanski 2013: 456).

Dessa forma, acompanhando a contribuição de Boltanski, entendemos que dentro do quadro da “dominação gestonária”, a possibilidade de produção de uma crítica “não ajustada” é quase inexistente. Todavia, outros conceitos também têm nos ajudado na tentativa de compreender o que se passa no espaço público das favelas “pacificadas”. Compreendemos que as técnicas de deslegitimação e silenciamento descritas aqui constituem “táticas gerais de governamentalidade” (Foucault 2008) que estão atualmente em prática nas favelas cariocas. Em um plano, o cotidiano dessas localidades está marcado por alta concentração de policiais militares, vigilância de pontos da localidade, cerceamento de hábitos e formas de sociabilidade, suspeição de grupos e perfis de moradores enquanto possíveis criminosos e também, em alguns casos, suspeição de envolvimento de policiais com a “milícia”. Em outra mão, o momento da “pacificação” se torna concreto aos moradores, à cidade e ao grande público através de símbolos, performances e representações que juntas, conferem materialidade ao projeto das UPPs.

Tal questionamento é ponto de “problematização” da realidade que pode acentuar o quadro de críticas e produzir uma inflexão na discussão sobre os rumos das UPPs; mas também pode ser um processo absorvido pelas estruturas de relações de poder e retido nesses processos. Nas dinâmicas que envolvem moradores (populações) e “táticas de governamentalidade”, a “competência performativa” dos primeiros (Gupta 2006) vai sempre ser necessária. Nesse sentido, o nível de reflexão aqui proposto se faz ao Estado vivido nos procedimentos do cotidiano; sob essa perspectiva as fronteiras entre sociedade civil e Estado se encontram borradas.

Outro “efeito” que acompanha o desenvolvimento desse tipo de dominação é a “estatização”, ou seja, a ampliação da capacidade do Estado de regular conflitos, os inserindo

em circuitos burocráticos. Para Ferguson (2006), a “estatização” é, em linhas gerais, o papel político do “desenvolvimento”. Em sua análise, “desenvolvimento” é um estilo de governo que tem suas bases na retórica da técnica e da expertise. O “efeito” dos projetos de “desenvolvimento” – em parte inseridos em circuitos internacionais de políticas públicas, imiscuindo agências privadas e estados nacionais – não é necessariamente alcançar maior produtividade e melhores resultados, mas “despolitizar” uma série de decisões arbitradas, além de incrementar as possibilidades de regulação dos conflitos.

Apoiando-nos no conceito de “dominação gestonária” do Boltanski (2013) procuramos mostrar que é através de argumentos do campo da gestão que se desqualifica as poucas críticas que os moradores das favelas pesquisadas conseguem fazer nesses espaços de interlocução institucional. Isto não significa dizer que toda forma de gestão (especialmente no campo da administração pública) é uma expressão da dominação gestonária, e sim mostrar como as ferramentas e técnicas de gestão servem ao reforço dessa dominação. Da mesma forma, e como pretende o autor, o conceito de dominação gestonária não se aplica apenas ao contexto das favelas cariocas; a redução da possibilidade da crítica a partir de um enquadramento da política que condiciona o debate ao campo do possível caracterizaria os tempos atuais em uma perspectiva macrossociológica. Assim, desde o advento do neoliberalismo estaríamos, portanto, submetidos a tal tipo de dominação<sup>17</sup>, expresso com clareza impressionante na fala atribuída à Margaret Thatcher, primeira ministra da Inglaterra entre 1979 e 1990: “não há alternativa”.

Por fim, e é sempre bom reafirmar tais questões quando tratamos do projeto de pacificação de favelas cariocas, compreendemos que – apesar das dinâmicas diferenciadas geradas pela “pacificação” que analisamos aqui, por exemplo – o medo e o silenciamento são ingredientes de um processo continuado de militarização das áreas “pacificadas”. Seguindo a provocação de Pacheco de Oliveira (2014), “pacificação” seria um modo de gestão de territórios e populações historicamente direcionado ao controle e “civilização” de populações indígenas, exercido pela combinação de ações violentas e práticas de tutela<sup>18</sup>. Mais recentemente essa lógica e esse termo foram apropriados ao espaço urbano, atingindo segmentos específicos da população considerados como “problema social” (Pacheco de Oliveira 2014; Leite 2015). A “guerra às drogas” tem sido importante nesse processo, porque ela justifica a “pacificação” de certos grupos sociais e territórios específicos vis-

17 O que não é excludente com a permanência de outras formas de dominação, especificamente na proposta de Boltanski a dominação pelo terror e a dominação ideológica (Boltanski 2013).

18 “Estabelecer a tutela sobre os “índios” era exercer uma função de mediação intercultural e política, disciplinadora e necessária para a convivência entre os dois lados, pacificando a região como um todo, regularizando minimamente o mercado de terras e criando condições para o chamado desenvolvimento econômico” (Pacheco de Oliveira 1998: 52).

tos como “perigosos” e “ingovernáveis”. Neste sentido, nossa tentativa de compreender as técnicas de desqualificação da crítica e as estratégias de superar essa barreira não podem desconsiderar o enorme gradiente de poder existente entre os poderes estatais e a população favelada cujas vidas foram transformadas pela ocupação militar.

## Referências

- ABRAMS, Philip. 1988. “Notes on the Difficulty of Studying the State (1977)”. *Journal of Historical Sociology*, 1(1):58-89.
- AMOROSO, Mauro. 2012. *Caminhos do lembrar: a construção e os usos políticos da memória no morro do Borel*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas.
- ARAUJO E SILVA, Marcella C.; CARVALHO, Monique B. 2015. “Circuitos políticos em uma favela pacificada: os desafios da mediação política”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, 8(1):63-76.
- BARBOSA, Antônio Carlos Rafael. 1998. *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF.
- BOLTANSKI, Luc. 2013. “Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária”. *Sociologia & Antropologia*, 3(6):441-463.
- BRETAS, Marcos. 1997. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco.
- CANO, Ignacio; BORGES, Doriám; RIBEIRO, Eduardo. 2012. *Os Donos do Morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: LAV/UERJ.
- CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. 2012. *“No sapatinho”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- CARVALHO, Monique B. 2014. *Os dilemas da “pacificação”: práticas de controle e disciplinarização na “gestão da paz” em uma favela no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. PPCIS, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- CAVALCANTI, Mariana. 2009. “Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(69):69-80.
- CEFAÏ, Daniel. 2009. “Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmata para a sociologia da ação coletiva”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, 2(4):11-48.
- DAVIES, Frank A. 2014a. “Rituais de “Pacificação”: uma análise das reuniões organizadas pelos comandos das UPPs”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 8(1): 24-46.
- \_\_\_\_\_. 2014b. “Produzindo a ‘região olímpica de Deodoro’”. In: *Anais da Reunião Brasileira de Antropologia*, Natal.

- FARIAS, Juliana. 2007. *Estratégias de visibilidade, política e movimentos sociais: reflexões sobre a luta de moradores de favelas cariocas contra a violência policial*. Dissertação de Mestrado. PPCIS, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- FERGUSON, James. 2006. "The Anti-Politics Machine". In: A. Sharma & A. Gupta (ed.). *The Anthropology of the State. A Reader*. Malden, MA: Blackwell Publishing. pp. 270-286.
- FOUCAULT, Michel. 1979. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- \_\_\_\_\_. 1995. "O sujeito e o poder". In: H. Dreyfus & P. Rabinow. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 231-249.
- \_\_\_\_\_. 2008. *Segurança, Território e População*. Rio de Janeiro: Martins Fontes Editora.
- GOMES, Manoel. 1980. *As lutas do povo do Borel*. Rio de Janeiro: Muro.
- GRAHAM, Stephen. 2011. *Cities under siege: the new military urbanism*. London: Verso.
- GUPTA, Akhil. 2006. "Blurred Boundaries: The Discourse of Corruption, the Culture of Politics, and the Imagined State". In: A. Sharma & A. Gupta (ed.). *The Anthropology of the State. A Reader*. Malden, MA: Blackwell Publishing. pp. 211-241.
- KOENDERS, Sara. 2014. "(In)Security Reconfigured: a comparative study of 'pacification' and local governance in two Rio de Janeiro favelas". In: *Anais da II Conferência Internacional Megaeventos e a cidade*, Rio de Janeiro.
- LEITE, Marcia Pereira. 2000. "Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 44(15):73-90.
- \_\_\_\_\_. 2012. "Da "metáfora da guerra" ao projeto de "pacificação": favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 11(2):374-389.
- \_\_\_\_\_. 2015. "De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas em contexto de 'pacificação'". In: P. Birman *et al.* (org.), *Dispositivos urbanos e trama dos viventes – ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. pp. 377-401.
- LUTZ, C. 2006. "Making War at Home in the United States: Militarization and the Current Crisis". In: A. Sharma & A. Gupta (ed.). *The Anthropology of the State. A Reader*. Malden, MA: Blackwell Publishing. pp. 291-309.
- MACHADO DA SILVA, Luiz A. (org). 2008. *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MENDONÇA, Tássia. 2014. *Batan: Tráfico, Milícia e "Pacificação" na Zona Oeste do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MENEZES, Palloma V. 2015. *Entre o "fogo cruzado" e o "campo minado": uma etnografia do processo de "pacificação" de favelas cariocas*. Tese de Doutorado. IESP, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- MITCHELL, Timothy. 2006. "Society, Economy and the State Effect". In: A. Sharma & A. Gupta (ed.). *The Anthropology of the State. A Reader*. Malden, MA: Blackwell Publishing. pp. 169-186.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. 1998. "Uma Etnologia dos índios Misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais". *Mana*, 4(1):47-77.

\_\_\_\_\_. 2014. "Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios". *Mana*, 20(1):125-161.

ROCHA, Lia de M. 2013. *Uma favela diferente das outras? Rotina, Silenciamento e Ação Coletiva na Favela do Pereirão no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Quartet.

\_\_\_\_\_. 2014. "Da "cidade integrada" a participação militarizada: tecnologias governamentais e saberes favelados na gestão das margens em tempos de 'pacificação". In: *Anais do Congresso Brasileiro de Ciências Sociais, Caxambu*.

ROCHA, Lia de M.; BORGES, Doriam. 2014. "UPPs e os múltiplos significados de paz na perspectiva dos jovens moradores de favelas pacificadas". In: Adalberto Cardoso (Org.). *Juventudes na cidade: violência, cultura, religião, escola*. Rio de Janeiro: Editora Azougue, pp. 13-38.

ROCHA, Lia de M.; PALERMO, Luís Claudio. 2015. "'O Morro está na calmaria': Mídia impressa e o repertório da paz no contexto da 'pacificação'". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, 8(1):25-40.

RODRIGUES, André; CASANOVA, Carlos; SIQUEIRA, Raíza; MENDONÇA, Tássia; GUARIENTO, Suellen. 2012. "Pensando as Associações de Moradores no contexto das UPPs". *Comunicações do ISER*: 53-79.

SENTO-SÉ, João Trajano; SANTOS, Anastácia Cristina; FERREIRA, Tiago. 2012. "Os Conselhos de Segurança Comunitária do Rio de Janeiro: Institucionalização e Participação". *Desigualdade & Diversidade*, – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, 11: 99-114.

ZALUAR, Alba. 1985. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense.

Recebido em 30 de junho de 2017.

Aceito em 14 de novembro de 2017.